
	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
<b>Despacho</b>		
<b>Autor:</b> Dep. Elizeu Nascimento		

Art. 1º Fica acrescentado os incisos XIV; XV; XVI; XVII ao Art. 8º do Projeto de Lei n.º 907/2020 que acrescentou dispositivos a Lei nº 7.862 de 19 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com a seguinte redação:

“Art. 8º (...)

(...) XIV - Fica proibido o descarte de fragmentos de vidro nos lixos domésticos residenciais ou comerciais dos imóveis situados no Estado de Mato Grosso conjuntamente com os demais resíduos orgânicos e inorgânicos produzidos pelos respectivos moradores.

XV - Os vidros fragmentados deverão ser acondicionados em recipientes capazes de impedir o efeito cortante dos cacos, como em garrafas de plástico, caixas de papelão, bem como outros objetos que proporcionem a segurança no manuseio dos recipientes pelos agentes do serviço da coleta de lixo.

XVI - Nos recipientes deverão constar elementos informativos ou dizeres em proporções de fácil visualização e cêlere compreensão que indiquem a existência de material perfurante em seu interior.


XVII - Sendo, o vidro, passível de ser reciclado, o descarte do lixo constituído de cacos ou fragmentos deverá ser destinado a centros de reaproveitamento de reciclagem dos objetos." (...)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICATIVA

O descarte inadequado de materiais perfurocortantes tem sido causa de lesões graves em catadores e coletores profissionais de lixo em todo o País, especialmente em Mato Grosso. Mesmo quando fazem uso de luvas de segurança, eles têm sido vítimas do descaso de boa parte da população com o assunto. Como ainda são escassas as campanhas de conscientização da população para o adequado descarte desses resíduos, os acidentes com perfurocortantes, envolvendo perfurações e cortes nos dedos, mãos e braços desses trabalhadores, têm aumentado drasticamente nos últimos anos.

Ademais, convém anotar que ao cortar a mão, por exemplo, o coletor pode ficar afastado do trabalho de cinco a dez dias, às vezes até mais, dependendo da gravidade do ferimento. De todo modo, os acidentes

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

podem ser bastante reduzidos, cabendo ao Poder Público realizar campanhas para que a população, por exemplo: envolva em folhas de jornal, revista ou papelão os objetos cortantes, como lâmpadas, louças e vidros quebrados; dobre para dentro a tampa serrilhada de latas de conserva, para que a serrilha fique protegida pela própria lata; coloque pregos, parafusos, lascas de madeira e/ou objetos pontiagudos em latas, embalagens PET ou caixas; entorte com martelo os pregos e parafusos expostos em pedaços e tábuas de madeira etc.

É importante salientar que o presente projeto de lei, além de tratar de medidas que visam contribuir para a prevenção e diminuição de acidentes envolvendo materiais perfurocortantes, é um mecanismo que busca reduzir, também, a poluição do meio ambiente, na medida em que a promoção de ações de educação ambiental tem o condão de tornar a sociedade mais consciente da necessidade de preservação e defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida. Nesse sentido, cabe assinalar que a Constituição Federal confere ao meio ambiente especial destaque, uma vez que dispõe de um capítulo inteiro para a sua tutela. Em seu art. 225, estabelece o seguinte: “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A defesa e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado dependem de ações conscientes da sociedade em prol deste objetivo. Contudo, cabe ao Poder Público executar ações concretas tendentes a promover, dentre outras atividades, a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (inciso VI, do Art. 225, da CF/1988).

Diante do exposto e do interesse coletivo da matéria, pedimos apoio aos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 26 de Outubro de 2021

**Elizeu Nascimento**  
Deputado Estadual